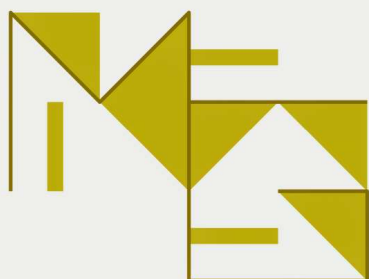




FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

**25 a 29 de agosto
2025**

Perspectiva semanal



FENAPEF: 35 Anos de Lutas e Conquistas

Neste dia 25 de agosto, celebramos um marco histórico: os 35 anos da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF). Uma trajetória construída com a força da coletividade, firmeza de propósitos e um movimento constante em defesa da categoria e da segurança pública brasileira.

É um momento para reconhecer e homenagear todos os presidentes, diretores e servidores que dedicaram seu trabalho, tempo e energia para transformar a FENAPEF em uma entidade forte, atuante e respeitada. Cada gestão enfrentou os desafios de sua época com coragem e espírito coletivo, ajudando a moldar o legado que hoje nos orgulha. Mais do que uma entidade de classe, a FENAPEF se consolidou como um instrumento essencial na construção de uma polícia cidadã e de uma segurança pública técnica, democrática e que fortalece o Estado Democrático de Direito. Por meio de uma atuação incansável e de mobilizações históricas, a Federação contribuiu para que a Polícia Federal se tornasse uma instituição sólida e admirada por toda a sociedade.

Relembrar essa jornada é motivo de orgulho e inspiração. Guiada por valores como Unidade, Ética, Transparência e Democracia, a FENAPEF segue vigilante e determinada na luta pela valorização e por condições de trabalho justas para os policiais federais. O compromisso inabalável com a justiça e a defesa do Brasil continua a ser a força motriz para os desafios que virão.

A M&G Consultoria Política se orgulha da parceria com esta entidade fundamental para o Brasil e estende seus mais sinceros parabéns por esta data tão significativa. Que este marco renove as energias para o futuro e que as conquistas continuem a fortalecer a categoria e a segurança pública do nosso país.



Cenário Político

A semana política em Brasília é centrada na corrida do governo para aprovar sua principal pauta popular, a isenção do Imposto de Renda (IR), antes que o cenário se deteriore com o julgamento de Jair Bolsonaro no STF em setembro. No entanto, o aparente consenso sobre o tema esconde uma articulação da oposição para transformar a medida em uma "pauta bomba", aprovando o benefício, mas derrubando suas fontes de custeio.

A liderança do governo na Câmara, sob o comando de José Guimarães, pressiona para que o mérito do projeto, que isenta do IR quem ganha até R\$ 5.000, seja votado já nesta semana. A urgência foi aprovada na semana passada com amplo apoio, inclusive da oposição, que se diz a favor da redução de impostos.

Nos bastidores, porém, a estratégia da oposição e de parte do Centrão é outra: votar contra as medidas compensatórias do projeto, como a taxa de altas rendas e dividendos, que pagariam pela isenção. Se bem-sucedida, a manobra criaria uma "bomba fiscal" de R\$ 100 bilhões para o governo, que teria aprovado um benefício popular sem a correspondente fonte de receita, em meio a um cenário de desconfiança mútua entre os Poderes.

Enquanto a batalha do IR se desenrola, outras pautas importantes marcam a semana. O presidente Lula promove uma reunião ministerial para discutir as reações ao tarifário dos EUA e a regulação das big techs. Além disso, a CPMI do INSS se reúne para definir seu roteiro de trabalho, e o governo deve enviar ao Congresso a proposta de Orçamento da União para 2026.

Reforma Administrativa

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou a realização de um debate em plenário sobre a reforma administrativa para o dia 3 de setembro, afirmando que o tema "não pode mais ser adiado". A proposta, coordenada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), ganhou corpo e agora inclui o fim de privilégios como as férias de 60 dias e regras que atingirão também os atuais servidores. (↓)

Perspectiva semanal

O texto, que será apresentado em três projetos (PEC, PLP e PL), foca no combate a privilégios e supersalários. Entre as cerca de 70 medidas, destacam-se a criação de uma tabela única de remuneração para todos os Poderes, o fim das férias de 60 dias para a maioria das categorias e a limitação do salário inicial a 50% do teto da carreira. A proposta também estabelece regras claras para as verbas indenizatórias, para que não sejam incorporadas permanentemente aos salários.

A proposta é uma prioridade para a gestão de Hugo Motta na presidência da Câmara, mas enfrenta resistências na base governista. Após a apresentação dos textos a líderes na semana passada, a expectativa é que a matéria possa ser votada no plenário já em setembro.

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA ↓

Em uma importante derrota para o governo no Congresso, uma articulação da oposição garantiu o comando da CPML que investigará fraudes no INSS.

O senador Carlos Viana (Podemos-MG) foi eleito presidente da comissão, derrotando o candidato governista, Omar Aziz (PSD-AM). Na sequência, Viana escolheu o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), também da oposição, para a relatoria dos trabalhos, substituindo Ricardo Ayres (Republicanos-TO), que era o nome indicado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta.

ECONOMIA ↑

A economia brasileira, medida pelo Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou um crescimento de 0,5% em junho na comparação com o mês de maio. Em relação a junho de 2024, a alta foi de 1,7%.

No acumulado dos últimos 12 meses até junho, o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,2%.

SOCIAL ↑

A expectativa do mercado financeiro para a inflação oficial de 2025, medida pelo IPCA, recuou para 4,95%, segundo o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira. É a primeira vez desde o início de janeiro que a projeção fica abaixo do patamar de 5%.

O documento aponta que esta é a 12ª semana consecutiva de redução nas projeções para o indicador. Na semana anterior, a expectativa para o IPCA de 2025 estava em 5,05%.

Plano Real da Segurança

O governo Lula está preparando um novo projeto de lei para combater facções criminosas como o PCC e o Comando Vermelho. Apelidado internamente de "Plano Real da Segurança", o pacote de medidas será apresentado pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

A proposta prevê a criação de um banco nacional de dados para mapear as facções e uma agência para enfrentá-las. O texto também visa endurecer as penas para quem financia ou integra esses grupos, punir agentes públicos e empresas que colaboram com o crime organizado e alterar as regras de progressão de pena para membros de facções.

Esta nova iniciativa se soma a outras medidas de segurança que já são prioridade no Congresso, como a PEC da Segurança, já aprovada na Câmara, que amplia os poderes da União na coordenação das polícias e expande a atuação da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

A Superfederação Dividida

A recém-lançada federação União Progressista (UPB), formada por União Brasil e Progressistas, nasce como a maior força política do país, mas com um futuro indefinido devido a profundas divisões internas. Apesar dos discursos de oposição ao governo Lula, a aliança enfrenta o desafio de conciliar os interesses conflitantes de suas principais lideranças.

No plano nacional, o racha é evidente: o presidente do Progressistas, senador Ciro Nogueira, articula apoio à candidatura de Tarcísio de Freitas (Republicanos); no União Brasil, o governador Ronaldo Caiado é pré-candidato, mas com poucas chances de unificar a federação; e uma ala liderada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, prefere manter laços com o governo Lula.

Diante desse cenário, é improvável que a UPB chegue a um consenso antecipado sobre a eleição presidencial de 2026. A tendência é que a federação adie qualquer definição sobre o rompimento total com o governo até o prazo final de desincompatibilização de ministros, em abril de 2026, e pode até liberar seus diretórios estaduais para firmarem alianças próprias.

Desafios do Orçamento 2026

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, que o governo deve apresentar esta semana, nasce sob o alerta de robustos desafios fiscais. Um relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) aponta uma trajetória insustentável, com o crescimento das despesas obrigatórias superando os limites da regra fiscal.

Segundo a IFI, gastos com previdência, assistência social e os pisos de saúde e educação crescem em um ritmo superior ao teto de 2,5% ao ano. Essa dinâmica comprime cada vez mais o espaço para investimentos e custeio da máquina pública, tornando o cumprimento do arcabouço fiscal inviável a partir de 2027.

Do lado da receita, as medidas em tramitação, como a alta do IOF, são consideradas insuficientes e cercadas de incerteza. A IFI também critica a PEC dos Precatórios, afirmando que a retirada dessas despesas do teto de gastos é um "alívio artificial" que mascara a realidade fiscal, mas não a resolve.

Portanto, a análise conclui que o grande desafio para 2026 é a necessidade de reformas estruturais que moderem o crescimento automático das despesas. Sem uma correção de rumo, o desequilíbrio fiscal tende a se aprofundar, com mais pressão sobre a dívida pública.

Notícias da Semana



Bolsonarismo engole PL e caminha para expurgar centrão do partido

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★



Tema não pode mais ser adiado, diz Hugo sobre reforma administrativa

CNN



Eduardo Bolsonaro culpa Polícia Federal por assalto a mãe e avós no Rio

veja



Congresso prepara bomba fiscal para governo Lula na votação da isenção do IR

O GLOBO



Governo prepara um 'Plano Real' para combater facções criminosas, como PCC e CV

g1



Reforma administrativa amplia atribuição de tribunais de contas

CONGRESSO em FOCO



Sessão Deliberativa Extraordinária

Terça-feira (26) - 14h

PLP 192/2023 - Altera a Lei da Ficha Limpa

PLP 192/2023 - deputada Dani Cunha (UNIÃO-RJ) - Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

Relator: Senador Weverton (PDT/MA)

Parecer: pela aprovação com emendas



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (26) - 11h - Local : Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

Finalidade: Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLDO 2026 (PLN 2/2025), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relator: Senador Flávio Bolsonaro.

Comissão Parlamentar Mista... (CPMI - INSS)

Terça-feira (26) - 09h - Local : Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Finalidade: Deliberação sobre normas de funcionamento da Comissão e apresentação do Plano de Trabalho.

Comissão de Constituição, Justiça... (CCJ)

Quarta-feira (26) - 09h - Local : Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

PL 5490/2023 - Pena mais graves para reincidentes por pedofilia

PL 5490/2023 - Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG) - Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia.

Relator: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)

Parecer: pela aprovação com emenda.

**Até o momento da
elaboração desta
agenda, a pauta do
Plenário da Câmara dos
Deputados não foi
publicada.**

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (26) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 1626/2025 - Plano Nacional da Identificação Biométrica Neonatal

PL 1626/2025 - deputado Adail Filho (REPUBLIC-AM) - Institui o Plano Nacional da Identificação Biométrica Neonatal.

Relator: Allan Garcês (PP-MA)

Parecer: pela aprovação com substitutivo.

PL 444/2025 - Destina percentual dos royalties de petróleo às Forças Armadas e às Forças de Segurança Pública

PL 444/2025 - Silvia Waiãpi (PL-AP) - Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e produção de petróleo sob o regime de partilha de produção, para destinar percentual dos royalties às Forças Armadas e às Forças de Segurança Pública.

Relator: General Pazuello (PL-RJ)

Parecer: pela aprovação com substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Quinta-feira (28) - 14h - Local : Câmara Municipal de Campinas

Seminário: Segurança Pública em Foco

O Seminário tem como objetivo de debater os desafios contemporâneos da segurança pública no Brasil e propor soluções legislativas e administrativas voltadas à sua melhoria.



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*